



Renovias Concessionária S.A.

CNPJ/MF nº 02.417.464/0001-23

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Concluindo o ano, a concessionária apresenta as atividades realizadas em 2016. Foi registrado decréscimo de 2,1% em relação ao ano de 2015, no fluxo de veículos nos pedágios de sua malha viária. Os investimentos alcançaram aproximadamente R\$ 45,4 milhões, permitindo atender o cronograma aprovado junto à ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo), bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Informamos na sequência os principais serviços que foram executados. Entre as ações de engenharia, a concessionária realizou, ao longo da malha viária, a recuperação de pavimento em uma extensão de 82 quilômetros. Foram implantados 2,4 quilômetros de defensas metálicas. Foram recuperados 139.910 metros quadrados de faixas horizontais, implantadas 88.700 novas tachas refletivas e instaladas 725 unidades de placas, além da recuperação de 81 obras de arte especiais ao longo da malha viária. Os investimentos nestes serviços de conservação especial totalizaram R\$ 36,3 milhões. Os investimentos em equipamentos, veículos e sistemas de controle (ITS) atingiram R\$ 7,6 milhões. Foi promovida a renovação da frota de veículos, com a substituição de oito inspeções de tráfego e um guincho pesado. O Sistema de Ajuda ao Usuário terminou em 2016 com as seguintes marcas de atendimento: inspeções de tráfego – 15.544; socorros mecânicos - 23.982; serviços de guincho – 16.346; primeiros socorros - 2.114 e serviços de irrigadeira – 1.068. Ao longo do ano foram realizadas diversas iniciativas com foco na sensibilização dos motoristas, especialmente durante a Campanha Maio Amarelo e Semana Nacional do Trânsito. Durante estas duas ações, foram promovidas campanha para caminhoneiros, palestras em empresas e escolas, além de apresentações teatrais com foco na educação de trânsito. Para conscientizar os motoristas, também foram desenvolvidas ao longo do ano campanhas educacionais de segurança no trânsito, com a implantação de 35 faixas banner nas rodovias administradas pela concessionária. Os materiais abordam temas importantes como cuidados para evitar colisão traseira, limites de velocidade, uso do cinto de segurança por todos os ocupantes do veículo, perigos do consumo de bebidas alcoólicas, riscos

para motociclistas e alerta para as ultrapassagens nas rodovias de pista simples. Também foram implantadas faixas para alertar os motoristas sobre a obrigatoriedade de dirigir com os faróis acesos, mesmo durante o dia. As faixas foram instaladas no início das rodovias e também junto ao Pedágio Jaguariúna, que concentra maior fluxo de veículos na malha viária. Durante a Campanha Bate Coração, que integra o Programa Saúde do Caminhoneiro, foi realizado atendimento a 1.069 motoristas em três etapas durante 2016. A Campanha totaliza mais de 21 mil consultas desde 2002. A iniciativa oferece gratuitamente aos usuários consulta médica e orientações sobre doenças arteriais coronárias, com realização de exame de eletrocardiograma, teste de glicemia e aferição de pressão arterial. Os profissionais de tráfego e de Atendimento Pré-Hospitalar promoveram ao longo do ano diversas palestras sobre segurança no trânsito e cursos de primeiros socorros em empresas e escolas de diversos municípios da região. Também foram ministradas aulas e realizados simulados práticos para alunos do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Diversas outras iniciativas foram realizadas em prol das comunidades abrangidas pela malha viária da concessionária. A Renovias repassou em 2016 mais de R\$ 2,1 milhões para projetos e entidades assistenciais. Os aportes foram realizados por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), Lei de Incentivo ao Esporte, além dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. Aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente das cidades de Aguiá, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Itobi, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Vargem Grande do Sul foram destinados R\$ 300 mil. Aos Fundos Municipais do Idoso, foram doados R\$ 300 mil, distribuídos entre Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mogi Mirim e Mococa. Pela Lei de Incentivo à Cultura, a concessionária patrocinou duas peças de teatro produzidas pela Companhia de Teatro Parafênalia, de Mogi Guaçu. O espetáculo Ir e Vir sem Colidir tem como foco a educação no trânsito. Já a peça O Casamento de Rosinha busca despertar nas crianças a consciência sobre a preservação dos recursos naturais. No total, foram 32 apresentações, atingindo escolas da rede pública de ensino, com faixa

etária entre 6 e 12 anos, de todos os municípios abrangidos pela malha viária da concessionária. O investimento foi de R\$ 505 mil, incluindo a temporada realizada em 2016 e também as apresentações que serão encenadas ao longo de 2017. Desde 2013, quando a concessionária iniciou o patrocínio destes projetos, mais de 42 mil crianças já assistiram às peças. A concessionária também patrocinou a Orquestra Jazz Sinfônica de São João da Boa Vista. Este projeto cultural é composto por 80 músicos e inclui ainda uma escola de formação de músicos. O aporte foi de R\$ 390 mil. A Renovias também patrocinou a Banda Lyra Mojimiriana, que oferece 350 vagas para jovens e adultos, com programa de banda e coral. O repasse foi de R\$ 230 mil. Outro projeto que recebeu recursos pela Lei Rouanet foi o CEBE em Cena, que consiste na formação artística de jovens através do teatro. O projeto é desenvolvido pelo Centro de Educação e Integração Social Benjamin Quintino da Silva de Mogi Mirim. O aporte foi de R\$ 75 mil. Através da Lei de Incentivo ao Esporte, a concessionária realizou aporte para etapa do Circuito de Corrida e Caminhada promovida pela Rede Acesso. O projeto esportivo será promovido em Mogi Mirim em 2017 e o aporte foi de R\$ 298 mil. Diversas iniciativas foram realizadas através do Projeto de Sustentabilidade, dentre elas, a entrega de 100 cadeiras de rodas para entidades assistenciais em 2016. Os equipamentos são viabilizados com a arrecadação de lacres de alumínio. Ao todo já foram doadas 400 cadeiras para entidades assistenciais da região. Também foram promovidas ações de voluntariado, como reforma, pintura e implantação de horta e jardim na Equipotência, entidade de Mogi Mirim que atende cerca de 90 crianças. Durante o ano foram realizadas ainda campanhas para arrecadação de agasalhos e alimentos destinados a entidades. A empresa conquistou em 2016 mais um reconhecimento pelo empenho e dedicação de suas equipes no atendimento com qualidade aos usuários das rodovias. A Renovias foi eleita pela Artesp pelo segundo ano consecutivo como a melhor concessionária do Estado de São Paulo. Foi finalista em três das cinco categorias existentes e venceu na categoria Melhorias nas Rodovias. A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016		2015		Passivo	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.689	6.350			Financiamentos	13	-	18.938		
Contas a receber	7	20.053	1.058			Debêntures	14	30.989	31.177		
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	19.488			Fornecedores		7.028	2.118		
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	233	233			Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	181	147		
Tributos a recuperar		646	-			Dividendos e JCP a pagar	17d	921	3.149		
Despesas antecipadas e outros créditos		3.747	2.392			Obrigações sociais e trabalhistas		4.225	4.510		
Total do ativo circulante		41.368	29.521			Impostos e contribuições a recolher		3.644	3.306		
						Impostos e contribuições parcelados		932	860		
Não circulante						Imposto de renda e contribuição social		29.741	12.573		
Realizável a longo prazo						Provisão de manutenção	16	33.202	22.970		
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	53.120	44.639			Outras contas a pagar		442	5		
Depósitos judiciais e outros		730	3.444			Total do passivo não circulante		111.305	99.753		
		53.850	48.083			Não circulante					
Imobilizado	11	21.885	21.940			Debêntures	14	2.566	33.341		
Intangível	12	293.323	335.254			Provisão de manutenção	16	-	26.916		
Total do ativo não circulante		369.058	405.277			Impostos e contribuições parcelados		4.032	4.586		
						Passivo fiscal diferido	8b	25.638	23.904		
						Provisão para riscos civeis, trabalhistas, previdenciários e tributários	15	2.694	3.441		
						Total do passivo não circulante		34.930	92.188		
Total do ativo		410.426	434.798			Patrimônio líquido					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						Capital social	17a	75.000	75.000		
						Reserva de lucros		189.191	167.857		
						Total do patrimônio líquido		264.191	242.857		
						Total do passivo e patrimônio líquido		410.426	434.798		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2015	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
75.000	15.000	60.000	44.851	-	194.851	
		(35.150)	(44.851)	-	(80.001)	
				139.592	139.592	
		(2.020)	-	(9.565)	(11.585)	
		-	92.857	(92.857)	-	
		37.170	-	(37.170)	-	
	75.000	15.000	60.000	92.857	242.857	
			(35.000)	-	(35.000)	
			(20.000)	-	(20.000)	
			(37.857)	(22.143)	(60.000)	
			-	(15.000)	(15.000)	
			-	152.255	152.255	
			-	(921)	(921)	
			114.191	(114.191)	-	
	75.000	15.000	60.000	114.191	264.191	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	152.255	139.592		
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.734	(4.696)	32.928	65.390
Depreciação e amortização	52.193	49.337	(16.320)	(71.713)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	62	155	(32.231)	(24.700)
Amortização do direito da concessão	-	233	(1.260)	(2.373)
Capitalização de custo de empréstimos	(276)	(40)	437	(8)
Juros e variação monetária sobre debêntures e financiamentos	7.839	14.585		
Constituição da provisão de manutenção	10.809	26.166	211.221	177.596
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.738	1.371	(7.644)	(3.771)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	37	-	(2.349)	(2.939)
Constituição e reversão da provisão para riscos civeis, trabalhistas, previdenciários e tributários	513	(5.422)	(9.993)	(6.710)
Juros sobre impostos parcelados	416	461		
Total	78.065	82.150		
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber	(19.032)	(177)		
Contas a receber - partes relacionadas	19.488	593		
Tributos a recuperar	(646)	-		
Pagamento antecipado relacionado à concessão	(8.481)	(7.570)		
Despesas antecipadas e outras	1.359	(680)		
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores	4.910	(3.092)		
Fornecedores - partes relacionadas	34	35		
Obrigações sociais e trabalhistas	(285)	149		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Receita operacional líquida	Nota	2016	
		2016	2015
Custos dos serviços prestados		372.261	358.271
Custo de construção		(2.347)	(2.590)
Serviços		(16.629)	(15.426)
Custo da outorga		(36.683)	(35.017)
Receita de Termo Aditivo Modificativo	1	45.452	42.376
Depreciação e amortização		(50.541)	(47.249)
Custo com pessoal		(25.747)	(25.579)
Provisão de manutenção	16	(10.809)	(26.166)
Materiais, equipamentos e veículos		(7.929)	(8.343)
Outros		(3.212)	(7.176)
Lucro bruto		263.816	233.101
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(11.293)	(11.463)
Serviços		(5.999)	(4.720)
Materiais, equipamentos e veículos		(764)	(5.495)
Depreciação e amortização		(1.652)	(2.088)
Outros		(4.900)	7.795
Outros resultados operacionais		103	156
Resultado antes do resultado financeiro		239.311	217.286
Resultado financeiro	19	(11.080)	(14.507)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		228.231	202.779
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	(75.976)	(63.187)
Lucro líquido do exercício		152.255	139.592
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	18e	2,03007	1,86123
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	2016	
	2016	2015
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	152.255	139.592
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia SP-340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998, com o prazo 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi prorrogado em 50 meses, totalizando 290 meses. O prazo do contrato de concessão encerra em junho de 2022. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. **Bens reversíveis:** Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. **Outras informações relevantes: Termo Aditivo Modificativo nº 9:** Referido TAM trata da incorporação do trecho entre os municípios de Mogi-Guaçu, Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista, na Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros (SP-342), do km. 171,500 ao km. 224,030, ao Lote 11 incluindo a instalação de praça de pedágio no km 191+890 (Espírito Santo do Pinhal). O reequilíbrio dos investimentos realizados com a incorporação está sendo através do desconto do pagamento do ônus fixo da seguinte forma: 36 parcelas de 60% do ônus (R\$ 364.650,50) que se realizaram no período de janeiro

continua

de 2005 até dezembro de 2007 e 123 parcelas de 24,9% do ônus (R\$ 151.060,71) que estão se realizando no período de janeiro 2008 até março de 2018 (corrigidos anualmente pelo IGP-M, nas mesmas condições da parcela fixa do ônus). **Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 13/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia, que tramitam sob sigilo de justiça. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A ação encontra-se em fase de instrução (produção de prova pericial). A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. A ação encontra-se em fase de instrução (produção de prova pericial). Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 27 de setembro de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. O processo encontra-se concluso com o juiz. A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014 foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26 de janeiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O Estado de São Paulo e ARTESP em 29 de abril de 2015 também interuseram recurso de apelação. Os recursos aguardam julgamento.

Termo Aditivo Modificativo nº 20: Referido TAM trata da implantação do projeto ponto a ponto na SP 340. A diferença entre a receita de pedágio (desconto concedido de 50% da tarifa para os usuários que realizaram a opção pelo sistema) será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Havendo diferença na receita esta será apurada mensalmente e será reconhecido anualmente. O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro será realizado a cada 2 anos, considerando os montantes de desequilíbrio apurados anualmente. Como o reequilíbrio está sendo a favor da concessionária, as partes acordaram que a modalidade de recomposição será desconto de ônus fixo e variável, conforme Item 5.8 da Cláusula 5ª.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Capital Social – Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos

como mudanças de estimativas contábeis. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item “h”. **h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua elasticidade, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **j) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **k) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. **l) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **m) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados aos impostos sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. **o) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **p) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que

não sejam indenizados. **q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **r) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua complete a IFRS 9, a qual substituiu em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substituiu o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substituiu o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. **s) Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:** Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios. Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
15	Provisão para riscos
16	Provisão de manutenção
20	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos poderes concedentes, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos; (2) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14. As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	
	2016	2015
Debêntures (a)	1.938	3.847
(a) Valores brutos dos custos de transação.		
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 69.937, substancialmente composto por debêntures e provisão de manutenção, conforme mencionado nas notas explicativas nº 14 e 16, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.		

	2016	2015
Caixa e bancos	1.938	3.847
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	14.751	2.503
	16.689	6.350

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,82% do CDI, equivalente a 13,91% ao ano (13,30% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

	2016	2015
7. Contas a Receber		
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	19.622	790
Receitas acessórias (b)	428	228
Outros	40	40
	20.090	1.058
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(37)	-
	20.053	1.058

	2016	2015
Idade de vencimento dos títulos		
Créditos a vencer	20.044	
Créditos vencidos até 60 dias	9	
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	4	
Créditos vencidos há mais de 181 dias	33	
	20.090	

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	228.231	202.779
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(77.599)	(68.945)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	2.403	2.377
Despesas indedutíveis	(537)	(1.140)
Despesas com brindes e associações de classe	(69)	-
Outros ajustes tributários	10	582
Despesa de participação nos resultados (PLR)	(184)	-
Juros sobre capital próprio	-	3.939
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(75.976)	(63.187)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(74.242)	(67.883)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.734)	4.696
	(75.976)	(63.187)
Alíquota efetiva de impostos	33%	31%

	2016	2015
b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:		
Efeito ativo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	14.469	35.965
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	916	1.170
Outros	14	46
	15.399	37.181
Efeito passivo		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(18.670)	(34.589)
Direito de concessão - outorga fixa	(22.367)	(26.496)
	(41.037)	(61.085)
	(25.638)	(23.904)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>
	2016	2015	2016	2015	2016
Circulante	233	233			
Não Circulante	1.029	1.262	52.091	43.377	53.120
					44.639

(1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	2016			2015		
	Transações		Saldos	Transações		Saldos
	Serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Contas a receber	Serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Contas a receber
Controladora em conjunto						
CCR (a)	1.951	-	-	-	-	160
Outras partes relacionadas						
CPC (b)	259	922	-	-	-	21
SAMM (c)	-	-	575	-	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2016						181
Total, 31 de dezembro de 2016	2.210	922	575	-	-	181
Total, 31 de dezembro de 2015	-	520	520	19.488	-	147

Despesas com profissionais chave da administração

	2016	2015
Remuneração (d):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.391	1.675
Outros benefícios:		
Participação no resultado	737	697
Previdência privada	46	-
Seguro de vida	3	-
Outros	-	80
	2.177	2.452

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2016	2015
Remuneração dos administradores (d)	85	147

Na AGO realizada em 29 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.400, a qual não inclui os encargos sociais. Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima: (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada, com prazo contratual até maio de 2019 (60 meses contados a partir da data de assinatura do contrato), com vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas; e (d) Contempla o valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

11. Ativo imobilizado: Movimentação do custo:

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.101	-	(35)	64	1.130
Máquinas e equipamentos	8.025	-	(148)	243	8.120
Veículos	5.487	-	(68)	2	5.421
Equipamentos operacionais	35.577	-	(309)	942	36.210
Instalações e edificações	800	-	(202)	-	598
Imobilizações em andamento	4	7.803	-	(2.694)	5.113
	50.994	7.803	(762)	(1.443)	56.592
	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.047	87	(41)	8	1.101
Máquinas e equipamentos	7.587	763	(423)	98	8.025
Veículos	5.198	428	(482)	343	5.487
Equipamentos operacionais	31.593	2.057	(1.349)	3.276	35.577
Instalações e edificações	800	-	-	-	800
Imobilizações em andamento	3.253	476	-	(3.725)	4
	49.478	3.811	(2.295)	-	50.994

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 159 em 2016 (R\$ 40 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 14,27% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures). **Movimentação da depreciação:**

	Taxa média anual de depreciação %		2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições
Móveis e utensílios	10	(589)	(97)	25	(661)	(661)
Máquinas e equipamentos	13	(5.428)	(1.076)	127	(6.377)	(6.377)
Veículos	22	(3.087)	(778)	57	(3.808)	(3.808)
Equipamentos operacionais	13	(19.405)	(4.341)	289	(23.457)	(23.457)
Instalações e edificações	10	(545)	(61)	202	(404)	(404)
		(29.054)	(6.353)	700	(34.707)	(34.707)
	Taxa média anual de depreciação %		2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições
Móveis e utensílios	10	(533)	(90)	34	(589)	(589)
Máquinas e equipamentos	16	(4.923)	(894)	389	(5.428)	(5.428)
Veículos	20	(2.901)	(668)	482	(3.087)	(3.087)
Equipamentos operacionais	17	(16.115)	(4.528)	1.238	(19.405)	(19.405)
Instalações e edificações	10	(478)	(67)	-	(545)	(545)
		(24.950)	(6.247)	2.143	(29.054)	(29.054)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial
Direitos de exploração da infraestrutura	622.805	2.466	-	625.271	625.271
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.663	-	1.443	12.106	12.106
	633.468	2.466	1.443	637.377	637.377
	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial
Direitos de exploração da infraestrutura	620.575	2.236	(6)	622.805	622.805
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.088	703	(128)	10.663	10.663
	630.663	2.939	(134)	633.468	633.468

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 117 em 2016 (não houve movimento em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 14,27% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures). **Movimentação da amortização:**

	Taxa média anual de amortização %		2015		2016	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(290.129)	(44.547)	(334.676)	(334.676)	(334.676)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(8.085)	(1.293)	(9.378)	(9.378)	(9.378)
		(298.214)	(45.840)	(344.054)	(344.054)	(344.054)
	Taxa média anual de amortização %		2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(248.680)	(41.452)	3	(290.129)	(290.129)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(6.575)	(1.638)	128	(8.085)	(8.085)
		(255.255)	(43.090)	131	(298.214)	(298.214)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva do benefício econômico.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento Final	2016	2015
BNDES	TJLP + 1,8% a.a. e TJLP + 2,8% a.a.	0,0234% e 0,0239% (a)	Novembro de 2016	-	6.999 (b)
BNDES	TJLP + 1,8% a.a. e TJLP + 2,8% a.a.	0,0652% e 0,0667% (a)	Abril de 2016	-	11.939 (b)
Total em moeda nacional				-	18.938

	2016	2015
Circulante		
Financiamentos	-	18.939
Custos de transação	-	(1)
	-	18.938

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada. **Garantias:** (b) Fiança bancária. Não houve a contratação de novas operações em 2016.

14. Debêntures:

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldos do custo de transação a apropriar em 2016	Vencimento em 2016	2016	2015
2ª Emissão - Série única	113,60% do CDI	0,1894% (a)	284	36	2018 33.555	64.518 (b)
Circulante					2016	2015
Debêntures					31.025	31.272
Custos de transação					(36)	(95)
					30.989	31.177
Não Circulante						
Debêntures					2.566	33.378
Custos de transação					-	(37)
					2.566	33.341

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias: (b) Não existem garantias. **Cronograma de desembolso (não circulante):**

	2016
2018	2.566

continuação

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu 9.500 (nove e quinhentos) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo o valor total de emissão de R\$ 95.000. A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 113,60% do CDI, com vencimento em 15 de janeiro de 2018 e os juros remuneratórios pagos mensalmente no dia 15 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2013 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 15 de janeiro de 2015 e a última em seu vencimento. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento. O crédito foi efetuado em 29 de janeiro de 2013 e utilizado para a liquidação antecipada da 1ª emissão de debêntures na mesma data. Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são: (i) novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) que a Companhia contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas. Um dos critérios de vencimento antecipado é o pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio pela emissora em valor superior ao mínimo legal, caso (i) a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal ou juros; ou (ii) se a razão entre a Dívida Líquida e EBITDA for superior a 2,5; ou (iii) o ICSD seja inferior a 1,20. Não existem cláusulas de repactuação.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	1.787	352	(1.203)	(369)	190	757
Trabalhistas e previdenciários	1.654	753	(643)	(148)	317	1.933
Tributários	-	4	-	-	-	4
	<u>3.441</u>	<u>1.109</u>	<u>(1.846)</u>	<u>(517)</u>	<u>507</u>	<u>2.694</u>

	2014		2015		Atualização monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	7.355	1.808	(5.499)	(1.877)	-	1.787
Trabalhistas e previdenciários	3.881	587	(2.318)	(496)	-	1.654
	<u>11.236</u>	<u>2.395</u>	<u>(7.817)</u>	<u>(2.373)</u>	<u>-</u>	<u>3.441</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordo para pagamentos de processos administrativos, nas esferas trabalhista e cível, respectivamente nos montantes de R\$ 140 e R\$ 603. A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Cíveis e administrativo	3.102	2.539
Trabalhistas e previdenciários	757	425
	<u>3.859</u>	<u>2.964</u>

16. Provisão de manutenção

	2015		2016		Saldo final
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	
Circulante	22.970	8.810	1.757	(32.231)	31.896
Não circulante	26.916	1.999	2.981	-	(31.896)
	<u>49.886</u>	<u>10.809</u>	<u>4.738</u>	<u>(32.231)</u>	<u>- 33.202</u>
	2014		2015		
Circulante	18.169	26.939	1.784	(24.700)	778
Não circulante	28.880	(773)	(413)	-	(778)
	<u>47.049</u>	<u>26.166</u>	<u>1.371</u>	<u>(24.700)</u>	<u>- 49.886</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 75.000, composto por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. O capital da Companhia está assim distribuído:

	2016				2015			
	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Participação acionária	Capital social	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Encalço Construções Ltda.	10,20%	7.650	2.550.000	5.100.000	10,20%	7.650	2.550.000	5.100.000
Encalço Participações em Concessões S.A.	49,80%	37.350	12.450.000	24.900.000	49,80%	37.350	12.450.000	24.900.000
Companhia de Participações em Concessões	40,00%	30.000	10.000.000	20.000.000	40,00%	30.000	10.000.000	20.000.000
	<u>100,00%</u>	<u>75.000</u>	<u>25.000.000</u>	<u>50.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>75.000</u>	<u>25.000.000</u>	<u>50.000.000</u>

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d) Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 12 de maio de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 35.000 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2015, pagos em 12 de maio de 2016. Em 28 de junho de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 20.000 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2015, pagos em 28 de junho de 2016. Em 27 de outubro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 60.000, sendo R\$ 37.857 à conta do saldo do dividendo adicional proposto do exercício de 2015 e R\$ 22.143 de dividendos intermediários do exercício de 2016, pagos em 27 de outubro de 2016. Em 12 de dezembro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$ 15.000 de dividendos intermediários do exercício de 2016, pagos em 12 de dezembro de 2016. A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 114.191, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

	2016	2015
Lucro líquido do período	152.255	139.592
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	38.064	35.143
Dividendos intermediários pagos	37.143	921
Dividendos a pagar	921	114.191
Dividendo adicional proposto	114.191	-

e) Lucro por ação básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido do período	152.255	139.592
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	25.000.000	25.000.000
Média ponderada de ações preferenciais	50.000.000	50.000.000
Média ponderada total de ações	75.000.000	75.000.000
Lucro por ação - básico e diluído	2.0301	1.8612

18. Receitas

	2016	2015
Receitas de pedágio	398.492	382.777
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.347	2.590
Receitas administrativas e de operação com rodovias	605	-
Receitas acessórias	8.455	9.118
Receita bruta	<u>409.899</u>	<u>394.485</u>
Impostos sobre receitas	(37.638)	(36.214)
Deduções da receita bruta	<u>(37.638)</u>	<u>(36.214)</u>
Receita líquida	<u>372.261</u>	<u>358.271</u>

19. Resultado financeiro

	2016	2015
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(7.765)	(14.585)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(74)	-
Juros sobre impostos parcelados	(416)	(461)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.738)	(1.371)
Capitalização de custos de empréstimos	276	40
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.509)	(1.818)
	<u>(14.226)</u>	<u>(18.195)</u>

Receitas Financeiras

Rendimento sobre aplicação financeira	2.977	3.581
Juros e outras receitas financeiras	169	107
	<u>3.146</u>	<u>3.688</u>
	<u>(11.080)</u>	<u>(14.507)</u>

Resultado financeiro

(a) Os valores estão deduzidos do Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 146.

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2016		2015	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro Emprésmensurado e ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro Emprésmensurado e ao custo amortizado
Ativos				
Aplicações financeiras	14.751	-	2.503	-
Contas a receber	-	20.053	-	1.058
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	19.488
Passivos				
Financiamentos (a)	-	-	-	(18.938)
Debêntures (a)	-	(33.555)	-	(64.518)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(7.470)	-	(2.123)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(181)	-	(147)
	<u>14.751</u>	<u>20.053</u>	<u>(41.206)</u>	<u>20.546</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Aplicações financeiras** – São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. **• Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **• Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. **• Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	33.591	33.857	61.650	64.573

(a) Valores contábeis estão brutos do custo de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras			14.751	2.503
• Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: <i>inputs</i> , diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis). Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamento e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.				
Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado Cenário A Cenário B 25% 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Janeiro de 2018	33.591	(5.180) (6.488) (7.800)
Aplicação financeira (Itaú Corp DI)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		14.148	1.908 2.385 2.862
Total do efeito de ganho ou perda				<u>(3.272)</u> <u>(4.103)</u> <u>(4.938)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :				
			CDI ⁽²⁾	13,63%
			TJLP ⁽³⁾	17,04%
				7,50%
				9,38%
				20,45%
				11,25%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP. (3) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pelo BNDES; (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira. (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2016 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos. **21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: a. Compromissos com o Poder Concedente: Outorga fixa:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2016	2015	2016	2015
Outorga fixa	42.577	70.749	41.196	66.788
Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2016, estavam assim distribuídos:				
	Valor nominal		Valor presente	
	2017	33.231		32.367
	2018	9.346		8.829
		<u>42.577</u>		<u>41.196</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. No decorrer do exercício de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 31.573 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 29.325 no exercício de 2015). **Outorga variável:** Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. No decorrer do exercício de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 13.592 através de encontro de contas financeiras (R\$ 13.030 no exercício de 2015). **b. Compromissos relativos às concessões:** A Companhia assumiu compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	2016	2015
Compromisso de investimento	54.354	85.632

22. Demonstração do fluxo de caixa: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

continuação

Composição do Conselho da Administração

Anwar Damha	Presidente	Mário Múcio Eugênio Damha	Membro Suplente
Marco Aurélio Eugênio Damha	Vice Presidente	Paulo Yukio Fukuzaki	Membro Suplente
Arthur Piotto Filho	Membro Titular	Composição da Diretoria	
Ítalo Roppa	Membro Titular	Rogério Cezar Bahú	Diretor Presidente
Maria Stella Eugênio Damha	Membro Titular	Alberto Bagdade	Diretor
Alberto Bagdade	Membro Suplente	Contador	
Marcus Rodrigo de Senna	Membro Suplente	Hélio Aurélio da Silva	CRC 1SP129452/O-3
Maria Mônica Damha Athia	Membro Suplente		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Renovias Concessionária S.A.

Mogi Mirim - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos

Contador

CRC nº1 SP 219663/O-7